

Etnobiologia e pesquisa na Amazônia

Moacir Haverroth

Pesquisador Embrapa Acre, moacir@cpafac.embrapa.br

Introdução

Iniciaremos com a explanação de alguns conceitos que estão fortemente enraizados nas ciências sociais, especialmente na antropologia, mas que são de extrema importância para a constituição da etnobiologia como campo de estudo. Em seguida, apontaremos, sucintamente, alguns fatos e trabalhos importantes que têm marcado a etnobiologia na Amazônia. Não há pretensão de fazer uma revisão bibliográfica do tema, tarefa que exigiria muito mais esforço, mas, tão somente, destacar pesquisadores, instituições e obras em diferentes épocas, indicando que a etnobiologia pode se apresentar de diferentes maneiras, em diversas áreas, desde que algumas ferramentas etnociências sejam empregadas.

Cultura

A história da antropologia se espelha na história do desenvolvimento da noção de cultura e tem acontecido pela permanente e insolúvel oposição de dicotomias: cultura x natureza; relativismo cultural x essência universal do homem; mudança x persistência; subjetivo x objetivo; sociedade x indivíduo (Caballero, 1988). Os seres humanos inventaram a cultura e, por meio dela, domesticaram a si mesmos, a numerosas plantas, animais e forças naturais (Hoebel & Frost, 1976). Berta Ribeiro (2000) define Cultura como os modos de produzir, interagir, pensar e simbolizar desenvolvidos ou adotados para satisfazer as necessidades humanas. Significa idéias, comportamentos e, sobretudo, fórmulas de ação sobre a natureza para provimento da subsistência.

Para Geertz (1989), o conceito de cultura é essencialmente semiótico. A cultura é pública porque o significado o é. Sendo o homem um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, a cultura são essas teias e a sua análise. A cultura ou, de maneira mais ampla, a antropologia social, não é uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa, a procura do significado. Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (símbolos), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as

instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível, isto é, com densidade (Geertz, 1989).

Etnicidade e Etnia

Não há definição única ou estanque. As definições variam no tempo e segundo diferentes escolas ou tendências teóricas. Os diferentes conceitos podem ser contraditórios, conflitantes e ajustar-se a conveniências temporais ou locais. As definições podem ser “positivas” (é) ou “negativas” (não é), geralmente, em contraposição a outros conceitos, como raça ou nação.

Weber (1971) distingue as três entidades que são a raça, a etnia e a nação. O que distingue a pertença racial da pertença étnica é que a primeira é “realmente” fundada na comunidade de origem, ao passo que o que funda o grupo étnico é a crença subjetiva na comunidade de origem. Quanto à nação, ela é, como o grupo étnico, baseada na crença da vida em comum, mas se distingue deste último pela paixão (*pathos*) ligada à reivindicação de um poderio político. Na bibliografia sobre etnicidade, na maioria dos casos, o termo etnicidade é utilizado mais como uma categoria descritiva que permite tratar um problema de outra natureza do que como um conceito sociológico que permite definir um objeto científico. O fato étnico não é algo que deve ser definido, e sim descoberto: descobrir o sentido que sua presença obstinada e multiforme tem em nossas vidas e os processos organizacionais pelos quais esse sentido é socialmente construído (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998).

Ou seja, é contextual. A etnicidade se dá pela diferença e a identidade étnica acontece pela construção social de pertencimento.

O prefixo “Etno” tem sido muito usado por ser uma maneira curta e fácil de se referir ao modo como outras sociedades olham o mundo. Usado após o nome de uma disciplina acadêmica, implica que os pesquisadores estão buscando as percepções de sociedades locais dentro desse recorte acadêmico (Martin, 1995).

Etnociência

A etnociência ganhou impulso a partir dos anos cinquenta do século XX com pesquisas, principalmente, entre populações autóctones da América Latina. Inicialmente, os estudos da etnociência voltaram-se para análises de aspectos lexicográficos das classificações de *folk* ou etnoclassificações e sobre categorias de cores, plantas e parentesco próprias de diferentes sociedades (Haverroth, 1997).

Em sua concepção inicial, a etnociência parte da lingüística para estudar o conhecimento das sociedades sobre os processos naturais a fim de entender a lógica subjacente ao conhecimento humano sobre a natureza, as taxonomias e classificações totais (Diegues, 1996:78). Hoje, no entanto, há uma tendência em considerar como etnociência as pesquisas sobre o conhecimento de grupos populacionais particulares (etnias, tradicionais, indígenas, comunidades, etc.) sobre o seu meio e sua relação com esse meio.

Conhecimentos “reconhecidos” como saberes populares ou conhecimentos tradicionais, produto de espaços e construções coletivas, específicos e interdependentes, que se articulam com todos os processos vitais e culturais dos grupos humanos que os contém, são agora alternativas de conhecimento para os objetivos de estudo de quase todas as disciplinas da “ciência”. É nas ciências naturais onde mais estão desenvolvendo estas alternativas de conhecimento. O prefixo ETNOS faz referência aos aspectos e conhecimentos específicos de povos ou etnias, ou seja, aos “conhecimentos” de grupos naturais de indivíduos de igual cultura. O papel das ETNO como “ciências”, disciplinas, áreas, métodos ou ferramentas é o estudo das outras realidades, do conhecimento das relações e interações, do uso e manejo dos recursos naturais pelas comunidades locais através do tempo, de todos os processos culturais envolvidos nas relações povos-natureza (Berón, 2006).

O que é Etnobiologia?

Para os antropólogos, a etnobiologia é o estudo do conhecimento e utilização das plantas e animais, em uma região qualquer, por um grupo humano definido, que a habita ou vem a ela para obtê-los. Para que tenha valor etnobiológico, o estudo deve ser feito em função do grupo humano que os utiliza (plantas e animais) e situá-lo no **complexo cultural** correspondente. A etnobiologia tem um caráter essencialmente cultural e deve atender ao estudo das sutis relações entre os indivíduos e o meio em que habitam, tratando de precisar as influências que este tem tido sobre o desenvolvimento cultural daqueles, sem perder de vista que os humanos são capazes de mudar e substituir por completo um quadro natural, estabelecendo novas condições de vida. As atividades humanas estão reguladas por um amplo e complexo processo de acumulação cultural e de integração e, para a Antropologia, é fundamental definir este aspecto da exploração da natureza (Maldonado-Koerdell [1940]1979).

O termo etnobotânica tem sido utilizado desde fins do século XIX. Deve-se ao botânico John W. Harshberger, em 1895, da University of Pensylvania, o primeiro a aplicar o termo *ethnobotany* para o estudo das plantas usadas pelos povos primitivos e aborígenes (anonymous, 1895 *apud* Ford, 1978), expressão que foi repetida por outros autores. Essa definição reflete uma atitude consciente ou inconscientemente classista, culturalista, etnocentrista, egoísta e folclorista (Barrera, 1979). Segundo Schultes (1941), em seu sentido mais amplo, a etnobotânica é o estudo das relações entre homem e seu meio ambiente vegetal. Em seu sentido mais restrito, é o estudo do uso das plantas cultivadas e selvagens pelos povos primitivos, usualmente os aborígenes. A raiz **etno** deve traduzir-se como **povo**, tanto em sentido biológico, como social e cultural (Barrera, 1979). Independentemente de que consideremos a etnobotânica como o estudo dos usos tradicionais das plantas ou, em um sentido mais correto, como o estudo das sabedorias botânicas tradicionais, esta deve deixar de ser um auxiliar científico da exploração ou um puro exercício acadêmico e deve pôr-se a serviço das próprias comunidades em que é praticada (Caballero, 1979). Da mesma forma, devemos estender essa interpretação para a etnobiologia e etnoecologia de um modo geral.

O conceito de etnobiologia que vem sendo mais citado é o de Posey (1987):

“A Etnobiologia é essencialmente o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito da biologia. É o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes. Neste sentido, relaciona-se com a ecologia humana, mas enfatiza as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo”.

O termo Etnoecologia é cada vez mais usado para definir todos os estudos que descrevem a interação dos povos locais com ambiente natural, incluindo subdisciplinas tais como etnobiologia, etnobotânica, etnoentomologia e etnozoologia (Martin, 1995).

A Etnobiologia encontra-se num estágio central: agora, mais do que nunca, o diálogo deve prevalecer entre as disciplinas e os povos. Devemos ter nossas melhores idéias de todos os campos e culturas para encontrar opções socialmente e ecologicamente viáveis para a sobrevivência do planeta. Alguém pode perguntar se a etnobiologia é capaz de tais tarefas miraculosas. A única resposta pode ser: se nós não tentarmos, quem tentará? Certamente, trocas de conhecimentos entre disciplinas e

culturas, sobre bases igualitárias, é, no mínimo, o caminho certo para encontrar soluções aceitáveis (Posey, 1990).

Os objetivos da etnobiologia têm mudado com o tempo. No passado, concentrou-se na catalogação de longas listas de plantas e animais, suas preparações e usos. Recentemente, os objetivos têm se tornado mais orientados aos processos, por exemplo, de cultivo e domesticação, o manejo de animais e plantas utilizados, o processo de aquisição e organização do conhecimento tradicional e assim por diante. A concentração nos processos tem reorientado os objetivos em etnobiologia (MBG, 2003).

Diversidade cultural e etnoconhecimento

A diversidade cultural e o etnoconhecimento são conceitos que se interpõem, a existência de um implica na existência do outro. O etnoconhecimento e seu estudo só fazem sentido quando se reconhece a diversidade étnica-social-cultural. A etnobiologia é parte do etnoconhecimento e sua importância é tanto maior quanto maior for a diversidade cultural de uma dada região. As populações humanas ocupam diferentes ambientes e, neles, desenvolvem modos particulares de viver, com diferentes visões de mundo, conhecimentos e práticas. O ambiente **não determina** culturas particulares e a diversidade cultural **não é determinada** pelo ambiente como já pensado por algumas escolas (determinismo cultural ou geográfico). Os diversos níveis de adaptação fisiológicos e ambientais podem contribuir para o surgimento de certa diversidade cultural característica, mas o fato de populações humanas viverem em ambientes semelhantes não implica que haja convergência cultural. Assim, diversidade biológica mais diversidade étnica-cultural pode traduzir-se em grande potencial de pesquisa etnobiológica.

Dada a diversidade cultural e biológica da Amazônia e as características da etnobiologia como um campo de pesquisa interdisciplinar ou transdisciplinar, voltado exatamente para o cruzamento dessas diversidades, a Amazônia representa um território excelente para a Etnobiologia. O que falta? Por onde caminhar? Com quem trabalhar? Quais as dificuldades atuais? Eis as nossas questões. A partir delas, tracemos nossos rumos.

A Etnobiologia na Amazônia

A etnobiologia vem ganhando espaço no meio acadêmico e científico brasileiro nos últimos anos. No Brasil, pesquisas etnobiológicas começam a ser mais frequentes

na década de 1980, embora muitos trabalhos anteriores, desde o século XIX, possam ser considerados etnobiológicos, mas é na década de 1990 que começa a surgir uma nova geração de etnobiólogos (Haverroth, 2007). Neste movimento, destacam-se alguns trabalhos importantes na região amazônica, tendo como marco importante o Primeiro Congresso Internacional de Etnobiologia (ICE), com o lançamento da Carta de Belém e a fundação da Sociedade Internacional de Etnobiologia e Etnoecologia (v. Posey & Overal, 1990). Dessa forma, a Amazônia marcou significativamente o início de uma nova fase para a etnobiologia brasileira e mundial.

Antes dessa data, no entanto, houve importantes contribuições, tanto de pesquisadores isolados ou ligados a instituições de pesquisa, como o Museu Paraense Emílio Goeldi. Muitos trabalhos não foram cunhados de “etno-”, porém, atendem às características típicas da área em, pelo menos, algum ponto, seja pela metodologia de coleta de dados, pelo público alvo ou pelo tipo de análise realizado. Alguns desses esforços são dignos de nota, em função do reconhecimento que tiveram no meio científico e, em alguns casos, também entre as populações envolvidas. Citaremos, aqui, alguns pesquisadores de destaque nesta área na Amazônia brasileira, sem a pretensão, no entanto, de fazer uma revisão bibliográfica nem mesmo de esgotar os nomes, porque sempre corremos o risco de sermos parciais, dado o limite de nosso conhecimento, além de não ser este o objetivo principal.

A etnobiologia, se bem que ainda não existisse esse termo, como trabalho científico, no Brasil, teve seus primórdios através dos cientistas viajantes ou naturalistas. Dentre estes, podemos citar, como exemplo, as anotações de Karl Friedrich Phillipp von Martius, em sua viagem pelo Brasil, de 1817 a 1820, quando colheu dados obtidos da vivência pessoal no contato com grupos indígenas acerca de doenças, alimentação, sistemas de cura e plantas medicinais (v. Martius, 1979), onde aparecem referências a grupos amazônicos. Isto, ainda antes do surgimento da antropologia como ciência. Ainda no século XIX e início do século XX, Barbosa Rodrigues já realizava trabalhos tipicamente etnobotânicos entre diversas populações nativas do Brasil, como grupos Tupi-Guarani e os então chamados Tapuios do Vale do Amazonas, Paraguai e Mato Grosso (v. Barbosa Rodrigues, 1992), sendo que havia uma incrível semelhança com os trabalhos etnocientíficos da linha cognitiva das décadas de 50 e 60, desde Harold Conklin até Brent Berlin e outros, guardadas as peculiaridades da época.

A *Suma Etnológica Brasileira* teve o seu volume 1 (Ribeiro, 1987) voltado à etnobiologia. Entre os trabalhos apresentados, há alguns mais antigos (Lévi-Strauss,

Sauer, Métraux, Heizer, Cooper, Gilmore) e outros mais recentes (Carneiro, Prance, Elizabetsky, Chernela, Kerr, Posey, Zarur), tratando de aspectos etnobotânicos e etnozoológicos de grupos indígenas do Brasil, dentre os quais, a Amazônia é parte importante.

Richard Evans Schultes (1986:9-47) faz uma retrospectiva dos estudos realizados sobre a taxonomia e identificação das Malpigiáceas, com destaque para as espécies do gênero *Banisteriopsis*, para citar um dos muitos trabalhos publicados por este pesquisador. A obra de Schultes pertence à tradição dos grandes botânicos que têm estudado a Amazônia. Foi um dos pioneiros da etnobotânica e da etnofarmacologia, estudou os múltiplos usos que as culturas indígenas dão às plantas, sobretudo no Amazonas (<http://www.muscaria.com/schultes.htm>, 11/10/07). É considerado o pai da etnobotânica moderna (para uma biografia, ver <http://www.harvardsquarelibrary.org/unitarians/schultes.html>, 18/10/07).

Charles Clement, pesquisador da área de genética e melhoramento vegetal do INPA, tem também estudado e publicado acerca de questões da etnobiologia, incluindo preocupações com biopirataria (v. Clement, 1990 e Clement & Alexiades, 2000).

Laure Emperaire destaca-se como uma das mais importantes pesquisadoras em etnobotânica e conhecimentos tradicionais e, na Amazônia, tendo estudado manejo de recursos biológicos na Amazônia, com destaque para a mandioca (v. Emperaire, 2000, 2002, 2005 e Emperaire et al., 2001).

William Balée é um dos maiores nomes da etnobiologia na Amazônia. Entre os seus muitos trabalhos, demasiado numerosos para citar aqui, destacamos um estudo sobre a persistência do conhecimento etnobiológico tradicional na Amazônia, onde o autor enfoca a Família Tupi-Guarani (Balée, 2000).

Frikel & Cavalcante (1973) publicaram um estudo sobre a farmacopéia dos Tiryó, entre Brasil e Suriname (Terra Indígena Parque do Tumucumaque). Paulo Cavalcante foi um dos mais dedicados pesquisadores da biodiversidade da Amazônia, pesquisou diferentes disciplinas ligadas à Botânica, incluindo a Etnobotânica (Secco, 2007).

Darrel A. Posey destacou-se como um dos mais importantes etnobiólogos da geração que surgiu a partir dos anos oitenta. Além de importantes pesquisas, principalmente entre os Kayapó, foi defensor dos direitos indígenas e da valorização do conhecimento dos mesmos. Foi um dos fundadores da Sociedade Internacional de Etnobiologia. Após a sua morte em 2001, foi criada uma bolsa (The Darrell Posey

Fellowship for Ethnoecology and Traditional Resource Rights), em 2004, com o objetivo de promover o entendimento das complexas e dinâmicas relações dos povos com seu ambiente e dar suporte para comunidades locais e indígenas que trabalhem com manejo sustentável, além de assegurar os direitos dessas populações, do ambiente e dos recursos (<http://ise.arts.ubc.ca/DarrellPosey/index.html>). Posey (1987b), ao estudar os Kayapó, demonstra a sofisticação com que eles interagem com os biomas próximos das aldeias, refletindo tanto no modo como classificam os seres do mundo natural e as diferentes zonas ecológicas, quanto nas suas complexas técnicas agrosilviculturais (Gomes, 2004).

Berta Ribeiro teve uma contribuição importante, principalmente entre as populações indígenas do Rio Negro (v. Ribeiro, 1995), onde documenta o papel da mandioca em sua agricultura, alimentação, comércio e até na produção de peças artesanais destinadas ao beneficiamento da raiz, demonstrando que tais atividades são importantes na rede de relações sociais e comerciais entre os vários grupos e desses com os não índios da região.

A etnozootologia Yanomami, grupo Sanumá, no norte de Roraima, foi estudada por Taylor (1977). Brunelli (1987) pesquisou a etnobotânica dos Zoró, de Mato Grosso, enfocando as plantas medicinais.

A etnoornitologia é uma área importante para o estudo das aves. A identificação das espécies, em muitos casos, depende do reconhecimento dos sons emitidos pelas aves, dos seus cantos característicos, os quais são reconhecidos por quem vive entre elas. Na Amazônia, destacam-se os estudos de Jensen (1991), que analisa a classificação das aves pelos Wayampi, Urubu-Ka'apor, Sateré-Mawé e Apalaí, e Giannini (1991), que estudou a classificação das aves pelos Kayapó-Xikrin do Pará.

A etnobotânica dos Waimiri-Atroari, entre o norte de Amazonas e sul de Roraima, foi o foco de estudo de um grupo de pesquisadores do Royal Botanic Gardens (Reino Unido), do Programa Waimiri Atroari (Manaus), Universidade de Cape Town (África do Sul) e Departamento de Biologia da Universidade do Amazonas (Milliken et al., 1992).

O estudo de quintais tem se revelado uma área interessante para a etnobiologia e, na Amazônia, alguns trabalhos vem sendo realizados nesta área, sendo um dos mais conhecidos e citados o de Amorozo & Gély (1988), com populações caboclas do Baixo Amazonas, no Pará. Estudos com quintais urbanos têm sido mais raros, principalmente na Amazônia, onde, em muitas cidades, ocorrem em alta densidade e frequência, se

destacando na paisagem (Pacheco, 2003). Os quintais têm sido definidos como uma modalidade de agricultura urbana, uma área ainda pouco estudada na Amazônia, como mostra V.G. Souza Rodrigues, da Embrapa Rondônia (neste volume), mas que é tema importante em outros lugares (v. <http://www.ruaf.org>).

Especificamente em plantas medicinais e etnofarmacologia, destacamos alguns pesquisadores, como Maria Elizabete Van Den Berg (p.e. 1993), do INPA, com seu trabalho sobre sistemática; L.C. Di Stasi, com sua pesquisa no município de Humaitá, comunidades ribeirinhas do rio Madeira e na aldeia dos Tenharim, no Amazonas (Di Stasi & Hiruma-Lima, 2002); o trabalho etnobotânico de L.C. Ming na Reserva Extrativista Chico Mendes (v. Ming, 2006). E. Elizabetsky tem sido uma das principais referências em etnofarmacologia no Brasil e, durante dez anos, pesquisou na Amazônia o uso de plantas por comunidades caboclas, indígenas e de seringueiros (v. p.e., Elizabetsky, 1990). Já foi presidente da SBEE e da Sociedade Internacional de Etnofarmacologia, tendo publicado inúmeros artigos nesta área.

Muitos dados etnobiológicos da Amazônia podem ser encontrados nas muitas etnografias escritas por antropólogos de várias partes do Brasil e do exterior, que aqui vieram estudar diferentes grupos populacionais, principalmente etnias indígenas. Neste sentido foi publicada uma série de seis volumes chamada *Handbook of South American Indians*, editada por Julian H. Steward, na década de quarenta do século passado, na qual vários autores clássicos, como Alfred Métraux, Claude Lévi-Strauss, Reichel-Dolmatoff, Leslie White, Erwin H. Ackerknecht, entre outros, aparecem como correspondentes, indicando já uma ligação entre pesquisadores das ciências naturais e da antropologia, onde a Amazônia é parte importante.

Delvair Montagner Melatti e Júlio Cezar Melatti, desde 1975, vêm estudando os Marubo e apresentam dados interessantes da etnomedicina e etnoecologia do grupo (v. Melatti & Melatti, 1975; Montagner, 1991), com detalhes sobre a nomenclatura, classificação e uso dos “remédios do mato” ou *mani pei rao*.

Nos últimos anos, diálogos entre antropologia da saúde e ciências biológicas têm gerado muitos estudos interessantes voltados, principalmente, para os sistemas locais de saúde, onde as plantas medicinais são elementos importantes dentro de contextos de intermedicalidade, termo inicialmente empregado por Greene (1998) ao discutir o xamanismo dos Aguaruna da Amazônia Peruana. Os estudos de xamanismo têm dado muitas contribuições à etnobotânica e etnofarmacologia da Amazônia, ao levantar dados sobre os vegetais utilizados nos rituais xamânicos ou religiosos, geralmente com

propriedades psicoativas, sendo os mais conhecidos a chacrona (*Psicotria viridis*), o cipó jagube ou simplesmente cipó (*Banisteriopsis caapi*), entre outros.

Não podemos deixar de ressaltar os trabalhos de pesquisa e aplicados de diversas Organizações Não-Governamentais que vem atuando na Amazônia e que, pela própria natureza do trabalho, têm fortes relações com a etnobiologia e etnoecologia. Em alguns casos, o trabalho de pesquisa é, essencialmente, participativo, onde indivíduos das próprias populações participam ativamente do processo de pesquisa e de co-autoria. Como exemplo, citemos a obra “Peixe e Gente no Alto Rio Tiquié: conhecimentos tukano e tuyuka, ictiologia e etnologia” (Cabalzar, 2005), um trabalho minucioso, trilingue e ilustrado e em que todos os participantes aparecem como autores ou colaboradores. Além do trabalho de pesquisa, há a preocupação com a repovoação e conservação da fauna ictiológica do Rio Tiquié, essencial para a manutenção da cultura daqueles grupos. No Acre, a Comissão Pró-Índio do Acre vem trabalhando com formação e pesquisa participativa com Agentes Agroflorestais Indígenas, tendo também publicações em co-autoria em português e nas línguas próprias.

Não podemos deixar de lembrar, aqui, da Enciclopédia da Floresta (Carneiro da Cunha & Almeida, 2002), obra que “*nos oferece múltiplas visões de uma importante região da floresta amazônica — de sua diversificada biota, de sua história recente e das pessoas que a habitam, com sua própria compreensão localizada desses fenômenos*”, como descreve William Balée (2004), numa resenha da obra. Uma característica importante do livro é o fato de ter sido escrito por vários pesquisadores importantes da área, pertencentes a diversas disciplinas, além de moradores da região. Para Balée (op. cit.), trata-se de um exemplo admirável da colaboração entre cientistas, regionais e nativos.

Ademais, alguns pesquisadores atuais e atuantes estão presentes no Encontro de Etnociência e Pesquisa Agropecuária e Florestal da Amazônia, representando parte de outros muitos pertencentes às Instituições de Pesquisa da Amazônia, como INPA, MPEG, Unidades da Embrapa e Universidades, além de profissionais de ONG's (Organizações Não Governamentais) ou OSCIP's (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) com trabalhos de pesquisa e aplicados entre diversas populações da Amazônia brasileira, os quais não cabem todos aqui.

Sobre os eventos de Etnobiologia e Etnoecologia

Em 1988, aconteceu o Primeiro Congresso Internacional de Etnobiologia, em Belém (Pará). Desse Congresso, foram publicados dois volumes (POSEY & OVERAL, 1990) com artigos de diversos autores, como Posey, Berta Ribeiro, Janet Chernela, E. Elizabetsky, G. Brunelli, B. Boom, G. Reichel-Dolmatoff, B. Berlin, C. Brown, A. Jensen, W.L. Overal e outros, para citar alguns mais conhecidos. Como já mencionado, foi fundada, nessa ocasião, a Sociedade Internacional de Etnobiologia.

Em 1996, aconteceu o I Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia (SBEE) na Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, ocasião em que foi fundada a Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia – SBEE (www.etnobiologia.org, 11/10/07). A partir daí, a cada dois anos, esse Simpósio vem sendo realizado em diferentes cidades do Brasil: em 1998, na UFSCar; em 2000, o III SBEE foi sediado em Piracicaba; Recife sediou o IV Simpósio, em 2002; Chapada dos Guimarães (MT) foi sede do V Simpósio, em 2004; e Porto Alegre recebeu o VI Simpósio, em 2006. O próximo SBEE será em Belém em 2008 (www.etnobiologia.org).

Já na sua décima primeira edição, o próximo Congresso Internacional de Etnobiologia (ICE) acontecerá em junho de 2008 na cidade de Cuzco, Peru. O tema será “Biocultural Heritage, Community-Led Conservation, Rights and Local Livelihoods” (<http://ise.arts.ubc.ca/congresses.html>, 11/10/07), em sintonia com os problemas atuais que também estamos debatendo no Brasil e que têm relação com a Convenção sobre Diversidade Biológica criada a partir da Eco-92, no Rio de Janeiro. O termo “herança biocultural” remete à conjunção do mundo biológico e do mundo cultural, caracteristicamente objetos da etnobiologia. Associadas a isto, as principais questões atuais se colocam em debate, os direitos de propriedade intelectual, acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional (patrimônio cultural) associados e repartição de benefícios com as comunidades.

Desde 1996, também têm acontecido vários encontros, seminários e simpósios regionais de etnobiologia e etnoecologia, em todas as cinco regiões do Brasil, com o apoio da SBEE, além de outros eventos relacionados. Na Região Norte, Manaus sediou o I e o II Encontro de Etnobiologia e Etnoecologia da Região Norte em 2001 e 2003 respectivamente, com organização da SBEE e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). O III Encontro está marcado para novembro de 2007, também em Manaus, na UFAM.

Referências Bibliográficas

- AMOROZO, M.C.M.; GÉLY, A., Uso de plantas medicinais por caboclos do baixo Amazonas, Barcarena/Pa. **Boletim do museu Paraense Emílio Goeldi**, 4(1):47-131, 1988.
- Anonymous, 1895. Some New Ideas. Philadelphia Evening Telegraph. December 5, 1895.
- BALEE, W.L., 2000. Antiquity of Traditional Ethnobiological Knowledge in Amazonia: The Tupi-Guarani Family and Time. *Ethnohistory* - Volume 47, Number 2, Spring 2000, pp. 399-422.
- BALEE, W., 2004. Enciclopédia da Floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 de outubro de 2007.
- BARBOSA RODRIGUES, J., 1992. *A Botânica. Nomenclatura Indígena e Seringueiras*. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro [1905/1900, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional], 87 p. e 95 p.
- BARRERA, A. (ed.), 1979. *La Etnobotánica: três puntos de vista y una perspectiva*. Xalapa: Instituto de investigaciones sobre Recursos Bióticos A.C., 16 p.
- BERG, Maria Elisabeth van den. 1993. *Plantas Medicinais na Amazônia*: contribuição ao seu conhecimento sistemático. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. 206p.
- BERON, Germán Escobar. *Introducción al Paradigma de la Etnobiología*. <<http://www.naya.com.ar...>>, acesso em 25 de janeiro de 2006.
- CABALLERO, J., 1979. Perspectivas para el quehacer etnobotánico en Mexico. In: *La Etnobotánica: tres puntos de vista y una perspectiva* (A. Barrera, ed.). Xalapa: Instituto de Investigaciones sobre Recursos Bióticos A.C.
- CABALLERO, J., 1988. Elusive subjects: two essays on the notion of culture. In: *Lecturas del Curso Métodos Cuantitativos en Etnobotánica* (impartido por J. Caballero), II Congreso Internacional Etnobotánica 97. Botucatu: UNESP, pp. 1-7.
- CABALZAR, A. (org.), 2005. *Peixe e Gente do Alto Rio Tiquié*: conhecimentos tukano e tuyuka, ictiologia, etnologia. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- CARNEIRO DA CUNHA, M.; ALMEIDA, M.B. de (orgs.), 2002. *Enciclopédia da Floresta*: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Cia. das Letras. 735 p.
- CLEMENT, C.R., 1990. Introduction to botanical resources. In: *Ethnobiology: Implications and Applications*. Proceedings of the First International Congress of Ethnobiology (Posey, D.A., W.L. Overal, C.R. Clement, M.J. Plotkin, E. Elisabetsky, C.N. da Mota & J.F.P. de Barros, eds.). Secretaria de Ciência e Tecnologia/CNPq, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Pará, p. 245-247.
- CLEMENT, C.R.; ALEXIADES, M.N., 2000. Etnobotânica e biopirataria na Amazônia. In: *Tópicos atuais em botânica* - palestras convidadas do 51º Congresso Nacional de Botânica (Cavalcanti, T.B.; Teles Walter, B.M., eds.). Sociedade Botânica do Brasil, Brasília, DF, 23-29.07.00. pp. 250-252.

- DI STASI, L. C. & HIRUMA-LIMA, C. A., 2002. *Plantas Medicinais na Amazônia e na Mata Atlântica*. 2ª Edição revisada e ampliada. São Paulo: Editora da UNESP.
- ELIZABETSKY, E. (ed.), 1990. Ethnopharmacology. In: *Ethnobiology: implications and applications*. Proceedings of the First International Congress of Ethnobiology (Belém, 1988), vol. 2. (D.A. Posey & L.W. Overal, orgs.). Belém: MPEG, pp. 107-164.
- EMPERAIRE, L., 2000. Entre floresta y ciudad: estrategias de producción en el Rio Negro Medio. *Bulletin de L'institut Francais D'etudes Andines*, 29(2): 215-232.
- EMPERAIRE, L., 2002. A agrobiodiversidade, o exemplo das mandiocas na Amazônia. *Ciência Hoje*, 32(187): 28-33.
- EMPERAIRE, L., 2005. A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recurso e patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 32: 31-43.
- EMPERAIRE, L.; PINTON, F.; SECOND, G., 2001. Manejo de la diversidad varietal de la yuca en la Amazonia del noroeste. *Etnoecologica*, 5(7): 38-59.
- FORD, R.I., Ethnobotany: historical diversity and synthesis. *Anthropological Papers* 67, The Nature and Status of Ethnobotany. Ann Arbor, Michigan, pp. 33-49.
- FRIKEL, P.; CAVALCANTE, P.B., 1973. A Farmacopéia Tiriyó. Belém, Brasil, CNP/INPA/ MPEGi. *Publicações Avulsas* n. 24: 145.
- GEERTZ, C., 1989. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan.
- GIANNINI, I.V., 1991. *A Ave resgatada: "A Impossibilidade da Leveza do Ser"*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GOMES, M.L., 2004. *Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da região das Minas do Santa Gallo na província do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, UFRRJ, Rio de Janeiro.
- GREENE, S., 1998. The Shaman's needle: development, shamanic agency, and intermediality in Aguaruna Lands, Peru. *American Ethnologist* 25(4):634-58.
- HAVERROTH, M., 1997. Etnobotânica: uma revisão teórica. In: *Antropologia em Primeira Mão*, nº 20. Ilha de Santa Catarina: Programa de Pós Graduação em Antropologia Social/UFSC, 56 p.
- HAVERROTH, M., 2007. *Etnobotânica, uso e classificação dos vegetais pelos Kaingang*: Terra Indígena Xapecó. Recife: NPEEA/SBEE (no prelo).
- HOEBEL, E.A.; FROST, E., 1976. *Antropologia Cultural e Social*. São Paulo: Editora Cultrix.
- JENSEN, A.A., 1988. *Sistemas indígenas de Classificação de Aves: aspectos comparativos, ecológicos e evolutivos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- MALDONADO-KOERDELL [1940]1979. Estudios Etnobiológicos I. Definición, Relaciones y Métodos de la Etnobiología. In: *La Etnobotánica: tres puntos de vista y una perspectiva* (A. Barrera, ed.). Xalapa: Instituto de Investigaciones sobre Recursos Bióticos A.C.
- MARTIN, G.J. 1995. *Ethnobotany, a methods manual*. London, UK: Chapman & Hall.
- MARTIUS, K.F.P. von, [1939]1979. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros: 1844*. 2ª edição. São Paulo: Editora Nacional.

MELATTI, J.C. & MELATTI, D.M., 1975. Relatório sobre os índios Marubo. *Série Antropologia* 13. Brasília. Disponível em < www.unb.br/ics/dan/Serie13empdf.pdf>, acesso em 17 de outubro de 2007.

MILLIKEN, W; MILLER, R. P.; POLLARD, S. R. & WANDELLI, E. V., 1992. *Ethnobotany of the Waimiri-Atroari Indians of Brazil*. London: Royal Botanical Gardens.

MING, L.C., 2006. *Plantas medicinais na Reserva Extrativista Chico Mendes (Acre): uma visão etnobotânica*. São Paulo: Ed. UNESP.

MBG – Missouri Botanical Garden, 2003. Intellectual Imperatives in Ethnobiology. NSF Biocomplexity Workshop Report. April, 2-4, 2002, Missouri Botanical Garden.

POSEY, D.A., 1987. Etnobiologia e Ciência de Folk: sua importância para a Amazônia. *Tübinger Geographische Studien*, nº 95: 95-108.

POSEY, D.A., 1987b, Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó), in: *Suma Etnológica Brasileira, volume I: etnobiologia* (B. Ribeiro, org.), Petrópolis: Vozes.

POSEY, D.A., 1990. Introduction to Ethnobiology: its implications and applications. In: *Ethnobiology: implications and applications*. Proceedings of the First International Congress of Ethnobiology (Belém, 1988), vol. 1. (D.A. Posey & L.W. Overal, orgs.). Belém: MPEG, pp. 01-07.

POSEY, D.A. & OVERAL, W.L. (orgs.), 1990. *Ethnobiology: implications and applications*. Proceedings of the First International Congress of Ethnobiology (Belém, 1988), vol. 1 e 2. Belém: MPEG.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J., 1998. *Teorias de Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora da UNESP.

RIBEIRO, D. (Ed.), 1987. *SUMA Etnológica Brasileira*. Volume 1: Etnobiologia (B. Ribeiro, coord.). Petrópolis: FINEP/Vozes.

RIBEIRO, B., 1995, *Os Índios das Águas Pretas*. São Paulo: Edusp/Companhia das Letras.

RIBEIRO, B., 2000. *O Índio na cultura brasileira*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Revan.

SCHULTES, R.E., 1941. La Etnobotánica: su alcance y sus objetos. *Caldasia* 3: 7-12.

SCHULTES, R.E., 1986. El desarrollo histórico de la identificación de las Malpigiáceas empleadas como alucinógenos. *América Indígena* XLVI(1):9-47.

SECCO, R., 2007. Paulo Cavalcante: o Botânico da Amazônia. <http://www.museu-goeldi.br/sobre/NOTICIAS/21_05_07_%20Paulo%20Cavalcante%20o%20Bot%C3%A2nico%20da%20Amaz%C3%B4nia.htm>, acesso em 16/10/07.

Steward, J.H. (ed.), *Handbook of South American Indians* (Julian H. STEWARD, Julian H. Ed.). Seis volumes. Washington: Smithsonian Institution.

WEBER, M., 1971. *Economie et société*. Paris, Plon.

Fontes da internet:

Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, www.etnobiologia.org, acesso em 11 de outubro de 2007.

International Society of Ethnobiology, <http://ise.arts.ubc.ca/congresses.html>, acesso em 11 de outubro de 2007.

International Society of Ethnobiology, <http://ise.arts.ubc.ca/DarrellPosey/index.html>, acesso em 17 de outubro de 2007.

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), www.otca.org.br/publicacao/SPT-TCA-PER-31.pdf, acesso em 11 de outubro de 2007.

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), www.otca.org.br/publicacao/SPT-TCA-PER-28.pdf, acesso em 11 de outubro de 2007.

RUAF Foundation (Resource Centres for Urban Agriculture & Food Security), <http://www.ruaf.org>, acesso em 18 de outubro de 2007.